

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIA APARECIDA EVANGELISTA SOUSA PIRES

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM ESTUDO SOBRE
A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELAS EMPRESAS
LISTADAS NA BM&FBOVESPA ENTRE 2015 E 2016**

RIO VERDE, GO

2018

MARIA APARECIDA EVANGELISTA SOUSAPIRES

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM ESTUDO SOBRE A
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELAS EMPRESAS LISTADAS NA
BM&FBOVESPA ENTRE 2015 E 2016**

Trabalho de conclusão de curso II apresentado à Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV) como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Ricardo Neves Borges.

RIO VERDE, GO

2018

Ficha Catalográfica

Pires, Maria Aparecida Evangelista Sousa.

Demonstração do valor adicionado: um estudo sobre a distribuição da riqueza gerada pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA entre 2015 e 2016 / Maria Aparecida Evangelista Sousa Pires –2018.

43 f.: il., gráfs., tabs., quadros.

Orientador: Prof. Me. Ricardo Neves Borges

Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade de Rio Verde - UniRV, 2018.

1. Valor Adicionado.2. Demonstração.3. BM&FBovespa.I. Borges, Ricardo Neves. II. Título.

Bibliotecária responsável

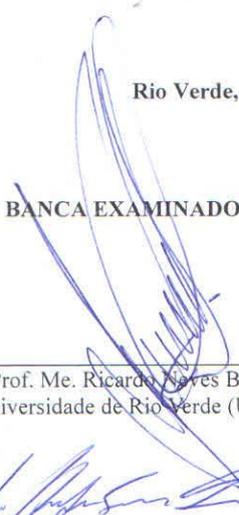
MARIA APARECIDA EVANGELISTA SOUSA PIRES

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM ESTUDO
SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELAS
EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA ENTRE 2015 E 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, Goiás, 04 de dezembro de 2018

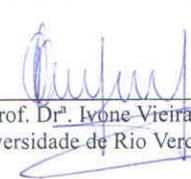
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Ricardo Neves Borges
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Me. André Henrique Barros
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Dr. Ivone Vieira Pereira
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico este trabalho primeiramente ao meu esposo, Renato Pires, por todo apoio, dedicação, e por estar sempre ao meu lado nos momentos bons ou ruins.

Aos meus pais, Sebastião Alves Sousa e Luzia Evangelista dos Santos Sousa, que sempre lutaram pelo meu futuro, e que mesmo de longe sempre me deram forças e me incentivaram a buscar meus objetivos. Dedico também a Marcos Carvalho Costa por todo apoio e motivação possíveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me iluminar, guiar e renovar minhas forças.

Aos meus colegas acadêmicos pelo companheirismo, carinho, ajuda e motivação necessárias para minha chegada até aqui.

A todos os professores, que me mostraram o caminho necessário para o acúmulo de conhecimento durante esses anos, em especial ao meu orientador, Ricardo Neves, pela paciência e contribuição que tornaram possível a conclusão desta monografia.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a distribuição da riqueza das empresas listadas na BM&FBOVESPA através da Demonstração do Valor Adicionado. A escolha pelo tema se deu visto que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma importante ferramenta para as empresas, pois proporciona o conhecimento da distribuição da riqueza gerada, fazendo com que sua divulgação seja útil para auxiliar os investidores e credores, e serve também para que os acadêmicos tenham uma nova fonte de pesquisa sobre o tema em questão. A referida pesquisa caracteriza-se como básica, exploratória, descritiva, bibliográfica, quantitativa, qualitativa, dedutiva e indireta. Para chegar-se aos resultados, analisou-se a Demonstração do Valor Adicionado de 448 empresas. Os dados foram então tratados e houve com a confecção de gráficos para melhor visualização dos resultados. Destarte, conclui-se que as distribuições da riqueza gerada pelas empresas ficaram focadas na área de Impostos, Taxas e Contribuições, que, em 2015, teve 32,24% do montante geral distribuído para essa área, e em 2016 subiu para 37,32%. A segunda área que recebeu maior distribuição de riquezas foi a Pessoal, com 26,59% em 2015 e 27,37% em 2016. A terceira área com maior distribuição foi a de Remuneração de Capitais de Terceiros, apresentando 25,83% no ano de 2015 e 19,43% em 2016. Já a área de Remuneração de Capital Próprio ocupou a quarta colocação entre as que receberam maior distribuição: no ano de 2015, obteve percentual de 14,79%, e, em 2016, esse percentual cresceu para 15,52%. Por fim, a área onde houve menor concentração de distribuição das riquezas geradas foi a de Outros.

Palavras-chave: Valor Adicionado. Demonstração. BM&FBovespa.

ABSTRACT

This paper aims to demonstrate the wealth distribution of companies listed on the BM&FBOVESPA through the Value Added Statement. This topic was chosen because the Value Added Statement (VAS) is an important tool for companies, since it provides knowledge of the distribution of wealth generated, which is useful as it assists investors and creditors from the of view, and also serves for academics to have a new source of research on the subject. This research is classified as basic, exploratory, descriptive, bibliographic, quantitative, qualitative, deductive, and indirect. To reach the results, the Value Added Statement of 448 companies was analyzed. The data were then treated and there was graphing for better visualization of the results. Thus, the distribution of wealth generated by companies was concentrated in the area of Taxes and Contributions, which, in 2015, had 32.24% of the general amount distributed to this area, and it rose to 37.32% in 2016. The second area that received the greatest distribution of wealth was Personnel, with 26.59% in 2015 and 27.37% in 2016. The third area with the greatest distribution was Remuneration of Third Parties, with 25.83% in 2015 and 19.43% in 2016. The area of Remuneration of Own Capital took the fourth place among those that received the greatest distribution: In 2015, it had a percentage of 14.79% and, in 2016, it rose to 15.52%. Finally, the area with the lowest concentration of distribution of wealth generated was Others.

Keywords: Value Added. Statement. BM&FBovespa.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Estrutura para empresas em geral conforme CPC 09	17
QUADRO 2 - Estrutura para instituições financeiras bancárias conforme CPC 09	19
QUADRO 3 - Estrutura para seguradoras conforme CPC 09	20
QUADRO 4 - Total da riqueza gerada por setor	26

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Bens Industriais	27
GRÁFICO 2 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Consumo Cíclico	28
GRÁFICO 3 - Distribuição da riqueza pelo setor de consumo não cíclico	29
GRÁFICO 4 - Distribuição da riqueza pelo setor de financeiro e outros.....	30
GRÁFICO 5 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Materiais Básicos.....	31
GRÁFICO 6 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis	32
GRÁFICO 7 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Saúde	33
GRÁFICO 8 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Tecnologia da Informação	33
GRÁFICO 9 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Telecomunicações.....	34
GRÁFICO 10 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Utilidade Pública	35
GRÁFICO 11 - Distribuição da riqueza das empresas listadas na BM&FBovespa, geral	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.2 PROBLEMAS DE PESQUISA	11
1.3 OBJETIVOS.....	11
1.3.1 Objetivo geral.....	11
1.3.2 Objetivos específicos	11
1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	11
1.5 DELIMITAÇÕES DO TEMA	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 BALANÇOS SOCIAIS.....	13
2.2 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO E SUA OBRIGATORIEDADE NO BRASIL	14
2.3 COMITÊS DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	15
2.4 CPC 09	16
2.5 DVA: ESTRUTURA CONFORME CPC 09.....	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 QUANTO À FINALIDADE.....	23
3.2 QUANTO AOS OBJETIVOS.....	23
3.3 QUANTO ÀS TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS.....	23
3.4 QUANTO À ABORDAGEM DA PESQUISA	24
3.5 QUANTO AO MÉTODO	24
3.6 COLETA DE DADOS	25
3.7 POPULAÇÃO E AMOSTRA	25
3.7.1 População	25
3.8 TRATAMENTOS DOS DADOS	25
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com De Luca et al. (2009), as empresas têm como objetivo principal, em seu processo de criação, desenvolver trabalhos que tenham boa rentabilidade. No decorrer do tempo, as empresas procuram se desenvolver de forma planejada e eficaz, para que consigam cumprir com suas obrigações perante aos órgãos fiscalizadores, arrecadar lucros e acumular riquezas.

Conforme os mesmos autores, é observado que há relevância para os usuários das informações contábil-financeiras a respeito da divulgação adequada, de quais meios estão sendo utilizados pela empresa para a sua obtenção de riquezas, e como a entidade está agindo perante a sociedade. Tais informações incluem diversos tipos de demonstrativos contábeis, incluindo o Balanço Social.

O Balanço Social tem a finalidade de evidenciar a relação da entidade perante a sociedade. Nesse demonstrativo pode ser verificado que há quatro vertentes, segundo Iudícibus, Gelbcke e Martins (2006, p.10):

Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral. Um outro tipo de demonstrativo utilizado na tomada de decisão é a Demonstração do Valor Adicionado, tratado no CPC 09.

O Pronunciamento Técnico CPC 09 teve sua aprovação no ano de 2008. Seu principal objetivo é determinar critérios para a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo propósito é mostrar ao usuário como está sendo criada e distribuída a riqueza pela empresa (CPC 09, 2008).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é verificada como é feita a distribuição da riqueza, e isso é muito benéfico para os usuários, tanto internos quanto externos. A DVA é uma das demonstrações que são obrigatórias pela Lei 11.638/07 e uma das vertentes de informações apresentadas pelo balanço social, que permite esclarecer como a entidade está perante o meio social (KROETZ; NEUMAN, 2008).

1.2 PROBLEMAS DE PESQUISA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia o valor agregado de cada ano e a distribuição para cada componente. Por ter essa responsabilidade social, a DVA surgiu com o intuito de promover informações sobre o valor da riqueza criada e sua forma de distribuição. A problemática, portanto, que norteará a presente pesquisa será:

Como as empresas listadas na BM&FBOVESPA estão distribuindo suas riquezas, apresentadas através da Demonstração do Valor Adicionado entre 2015 e 2016?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Demonstrar a distribuição da riqueza das empresas listadas na BM&FBOVESPA através da Demonstração do Valor Adicionado.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Conceituar Balanço Social;
- b) Discorrer sobre os conceitos da Demonstração do Valor Adicionado, sua importância e sua utilização no balanço social;
- c) Identificar o percentual de divulgação da distribuição das riquezas, por setor, das empresas listadas na BM&FBOVESPA.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Conforme Ferrari (2013), a Demonstração do Valor Adicionado tem como principal finalidade demonstrar a riqueza gerada pela empresa durante todo o exercício social sob o regime de competência e a forma como essa riqueza foi distribuída: aos empregados, incluindo-se administradores e diretores, ao governo federal, estadual e municipal, à remuneração de capitais de terceiros e aos sócios da empresa.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma importante ferramenta para as empresas, pois proporciona o conhecimento da distribuição da riqueza gerada. Isso faz com que sua divulgação seja útil para auxiliar os investidores e credores, porque possibilita informações para possivelmente a empresa seja comparada com as demais. Servirá também para que os acadêmicos tenham uma nova fonte de pesquisa sobre o tema em questão.

Segundo Ribeiro (2012), sem dúvida a DVA é uma grande ampliação para a própria ciência contábil, pois contém indicadores e informações de natureza social onde se comprova a riqueza gerada e a forma de distribuição dessa riqueza entre os empregados, acionistas, financiadores e a sociedade. Com isso, oferece um universo maior de usuários.

Nesse sentido, o presente trabalho contribuirá para que se verifique se as empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, através da Demonstração do Valor Adicionado, estão distribuindo suas riquezas, fazendo assim a comparação entre os anos de 2015 e 2016.

1.5 DELIMITAÇÕES DO TEMA

Esta pesquisa delimita-se ao estudo da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidenciada pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA e referente ao período de 2015 a 2016.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BALANÇOS SOCIAIS

Para Velter e Missagia (2011), balanço social é um aglomerado de informações que tem por objetivo demonstrar o nível de abrangência da entidade em relação ao seu ambiente de inserção.

O balanço social é um demonstrativo divulgado e elaborado anualmente pelas empresas. Embora não seja obrigatório, é de muita relevância para os investidores, pois poderá guiá-los pela ética e transparência, onde os riscos são menores, visto que abrange informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e sua forma de interação com a comunidade e meio ambiente.

Segundo Kroetz (2000), o balanço social pode conter informações ricas, que, se bem entendidas e especificadas, poderão proporcionar dados importantes para seus usuários, conforme a demanda de cada um. O balanço social contém várias maneiras de demonstrar suas informações, de maneira isolada ou mais trabalhada, sempre visando o melhor entendimento de quem está analisando.

Conforme Tinoco (2001), o balanço social é uma ferramenta de gestão cujos conhecimentos devem ser de fácil entendimento, pois evidenciam dados econômicos e sociais da empresa para diferentes usuários, entre eles os funcionários.

Iudícibus et al. (2013) expõem que o balanço social é um aglomerado de informações que tem por objetivo demonstrar o nível de abrangência da entidade em relação ao seu ambiente de inserção. Esse demonstrativo não é obrigatório. O balanço social apresenta quatro vertentes, que são: o Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e os Benefícios e contribuições a Sociedade em geral.

Desse modo, conforme De Luca et al. (2009), estabelece-se o significado das quatro vertentes do balanço social: recursos humanos, onde se tem todas as informações dos funcionários da entidade, isto é, qual sistemática foi usada para administrar as atividades humanas e sociais dentro da empresa; atividades sociais, mais concentrada em saber quais foram os benefícios que ampliaram sua imagem institucional no meio que está inserida; meio

ambiente, que se relaciona à preocupação que a empresa tem com o meio ambiente e a sua preservação; e Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é a riqueza gerada pela empresa.

2.2 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO E SUA OBRIGATORIEDADE NO BRASIL

O balanço social evidencia o desenvolvimento econômico da entidade em relação ao seu ambiente econômico de inserção, sendo a Demonstração do Valor Adicionada um elemento que compõe o balanço social (FAGUNDES et al., 2008).

Conforme o CPC 09 (2008), o Valor Adicionado constitui a riqueza criada pela empresa, cuja diferença se baseia entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros e valor adicionado recebido em transferência (valor produzido por terceiros e transferido para a empresa).

Segundo Ferrari (2009), a Demonstração do Valor Adicionado é a demonstração financeira que tem como principal finalidade evidenciar e demonstrar como é gerada e distribuída a riqueza construída ao longo de um exercício de uma entidade. As formas de distribuição dessa riqueza são: empregados (despesas de salário e encargos, participações de empregados nos lucros...); bancos e financiadores (despesas financeiras, aluguéis...); governo (impostos, taxas, contribuições sociais...); sócios (dividendos); parcela dos lucros retida; reinvestimento (reservas de lucros); etc.

Dessa forma, a DVA tem como objetivo demonstrar a origem da riqueza gerada pela empresa, de que forma essa riqueza foi distribuída pelos vários setores de contribuição, e de que forma (direta ou indiretamente) ela contribuiu para sua geração (RIBEIRO, 2012).

Segundo Almeida (2014, p. 208), a DVA difere da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) por ser mais prática, apresentando, assim, os dados de forma diferente. Os elementos constatados na DRE, que tem como finalidade o lucro do exercício, são na forma de dividendos e de retenção de lucros em lucros acumulados e em reservas de lucros. Os que são frequentes na demonstração das mutações do patrimônio líquido são utilizados na DVA. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) teve origem na Europa, pela intervenção da Grã-Bretanha, da França e da Alemanha, e cada dia vem se expandindo e sendo usada por outros países, inclusive por recomendações expressas da Organização das Nações Unidas (ONU) (RIBEIRO, 2012).

Antes da promulgação da Lei 11.638/2007, não havia obrigatoriedade da DVA no Brasil. Tal lei alterou a Lei 6.404/1976 no sentido de impor a obrigatoriedade da DVA para as companhias abertas, ou seja, a elaboração e divulgação da DVA como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício (IUDÍCIBUS et al., 2013).

A Lei 11.638/2007 ainda estabelece que:

Art. 176

V- Se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Art.188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

II- Demonstração do valor adicionado – valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionista, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída (BRASIL, 2007).

Segundo Iudícibus et al. (2013), antes da aprovação da DVA para as companhias abertas, a CVM incentivava a sua publicação por meio do parecer CVM nº 24/92. No Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 1/00 foi sugerido o modelo de DVA elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), assim incentivando e apoiando o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 1/07 para a publicação da demonstração.

2.3 COMITÊS DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Segundo Iudícibus et al. (2013), a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi um grande passo dado no Brasil. Passadas duas décadas, seis empresas não governamentais uniram-se e entraram em acordo, e cinco delas pediram à sexta a formalização do Comitê. São elas o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a pedido da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL); a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); a Bolsa de Mercadorias e Valores Futuros (BM&FBOVESPA); a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI, conveniada à FEA/USP) e o Instituto dos Auditores do Brasil (IBRACON, 2012).

Segundo Grecco et al. (2010), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/2005, que tem a finalidade de estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos em semelhança aos Pronunciamentos de Contabilidade. A inserção das informações da mesma natureza tem como propósito permitir a divulgação conforme as

normas da entidade reguladora brasileira, verificando sempre a centralização e uniformidade dos procedimentos da contabilidade brasileira com as normas internacionais de contabilidade.

2.4 CPC 09

O Pronunciamento Técnico CPC 09 refere-se à Demonstração do Valor Adicionado, que teve a aprovação pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis no dia 30 de outubro de 2008 em uma reunião ordinária, registrada na ata 29. O CPC preza pela divulgação da demonstração, pois ela contém informações para todos os usuários, e também é incentivada para as demais entidades comerciais brasileiras.

As sociedades por ações são obrigadas a elaborar a Demonstração do Valor Adicionado conforme a Lei brasileira 11.638/07 desde o primeiro dia vigente de 2008, mas o *International Accounting Standards Board* (IASB) e a Organização das Nações Unidas (ONU) apenas incentivam a prática.

Conforme o CPC 09 (2008), os seguintes órgãos aprovaram o Pronunciamento Contábil 09- Demonstração do Valor Adicionado: Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 557/08; Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - 605/14 manual; Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da NBC TG 09; Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) - 322/13 NA I; Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - 3.847 e 3.848/12 manual.

O Pronunciamento tem orientações para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado que deverão ser seguidas pelas entidades e que integram alguns dos elementos do balanço social, que tem por objetivo comprovar a riqueza formada pela empresa e sua divisão durante o exercício determinado (CPC 09, 2008).

2.5 DVA: ESTRUTURA CONFORME CPC 09

Segundo Iudícibus et al. (2013), a DVA deve atender aos requisitos estabelecidos do CPC 09 para ser elaborada e apresentada e, na legislação societária, deverá ser elaborada pelo princípio da competência e ter período atual e anterior para comparação. No caso da DVA consolidada, a demonstração deve ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das Demonstrações do Valor Adicionado individuais. Inclui-se, também, a participação dos acionistas não controladores no componente referente à Distribuição do Valor

Adicionado, que deve ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registro auxiliares mantidos pela empresa, e auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem e auditem suas demonstrações.

A DVA foi disciplinada pelo Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC) por meio do Pronunciamento Técnico CPC nº 09/2008. O Pronunciamento Técnico regula os critérios para elaborar e divulgar a DVA, e o CPC disponibiliza estruturas básicas a serem apresentadas (RIBEIRO, 2012).

Para elaborar e apresentar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), o CPC 09 dá orientação e modelos que deverão ser seguidos (CPC 09, 2008).

QUADRO 1 - Estrutura para empresas em geral conforme CPC 09

DESCRIÇÃO	(Em milhares de reais)	
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		

(Continua)

QUADRO 1 - Estrutura para empresas em geral conforme CPC 09

DESCRIÇÃO	(Continuação)	
	(Em milhares de reais)	
	20X1	20X0
8.1.3 – F.G.T.S.		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC 09 (2008).

O Quadro 1, disponibilizado pelo Comitê de Pronunciamento Técnico Contábil CPC 09, mostra a primeira de três estruturas que devem ser seguidas por empresas que estão enquadradas na obrigatoriedade da elaboração da DVA. Neste exemplo, pode ser visto que as receitas das empresas em geral são obtidas pelas vendas de mercadorias, produtos e serviços, somadas aos impostos sobre essas receitas, que são, por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS. Outras receitas incluem também os impostos sobre as vendas e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que se soma às reversões relacionadas à reversão de provisão.

O Quadro 2 mostra, conforme o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que instituições financeiras bancárias devem usar como modelo:

QUADRO 2- Estrutura para instituições financeiras bancárias conforme CPC 09

DESCRIÇÃO	(Em milhares de reais)	
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão		
1.4) Outras		
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 – DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO		
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S.		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC 09 (2008).

O Quadro 2 demonstra como deve ser elaborada a DVA das instituições financeiras. Vê-se que a receita é constituída, em primeiro lugar, pelas instituições financeiras e por intermediações financeiras, em segundo lugar pela prestação de serviços, em terceiro lugar pela provisão para créditos de liquidação duvidosa-reversão, e em quarto lugar por outras receitas. O modelo III do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado é utilizado pelas seguradoras.

QUADRO 3- Estrutura para seguradoras conforme CPC 09

DESCRIÇÃO	(Em milhares de reais)	
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Receitas com operações de seguros		
1.2) Receitas com operações de previdência complementar		
1.3) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		
1.4) Outras		
1.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 – VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		
2.1) Operações de seguros		
2.2) Operações de previdência		
3 – RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL (1+2)		
4 – BENEFÍCIOS E SINISTROS		
4.1) Sinistros		
4.2) Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados		
4.3) Despesas com benefícios e resgates		
4.4) Variação da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados		
4.5) Outras		
5 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
5.1) Materiais, energia e outros		
5.2) Serviços de terceiros, comissões líquidas		
5.3) Variação das despesas de comercialização diferidas		
5.4) Perda / Recuperação de valores ativos		
6 – VALOR ADICIONADO BRUTO (3-4-5)		
7 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
8 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (6-7)		
9 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO/CEDIDO EM TRANSFERÊNCIA		
9.1) Receitas financeiras		
9.2) Resultado de equivalência patrimonial		
9.3) Resultado com operações de resseguros cedidos		

(Continua)

QUADRO 3- Estrutura para seguradoras conforme CPC 09

(Continuação)

DESCRIÇÃO	(Em milhares de reais)	
	20X1	20X0
9.4) Resultado com operações de seguros cedidos		
9.5) Outras		
10 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (8+9)		
11 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
11.1) Pessoal		
11.1.1 – Remuneração direta		
11.1.2 – Benefícios		
11.1.3 – F.G.T.S.		
11.2) Impostos, taxas e contribuições		
11.2.1 – Federais		
11.2.2 – Estaduais		
11.2.3 – Municipais		
11.3) Remuneração de capitais de terceiros		
11.3.1 – Juros		
11.3.2 – Aluguéis		
11.3.3 – Outras		
11.4) Remuneração de Capitais Próprios		
11.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
11.4.2 – Dividendos		
11.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
11.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC (2008).

O terceiro e último quadro disponibilizado pelo CPC 09 é o modelo para empresas de seguradora. Nele, é identificado que suas receitas são constituídas pelas operações de seguros e operações de previdência complementar, taxas de gestão e outras taxas, outras receitas e provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição).

Na DVA, o primeiro elemento representa como as empresas constituem suas receitas. Para as empresas em geral são as vendas de mercadoria, produtos e serviços, e outras receitas; nas instituições financeiras bancárias são as receitas com intermediações financeiras e prestações de serviços, e outras receitas; e nas seguradoras são as receitas com operação de seguros e de previdência complementar, outras receitas e rendas com taxas de gestão. O segundo

elemento é como as empresas conseguem as receitas e como elas foram divididas (CORRÊA, 2010).

O CPC 09 (2008) tem modelos com os itens mínimos que as empresas deverão incluir na elaboração e publicação da DVA. Sendo assim, as empresas mercantis (comerciais e industriais) e prestadoras de serviço deverão utilizar o modelo I, que é para empresas em geral. Já para as empresas de atividades de intermediações financeiras (instituições bancárias) e de seguro, os modelos II e III são os apropriados.

Nos modelos de DVA apresentados, as formas de distribuição da riqueza geral são: pessoal, impostos e taxas, remunerações de capital de terceiros e próprio. Notam-se diferenças na obtenção das receitas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 QUANTO À FINALIDADE

Segundo Moresi (2003), a finalidade da pesquisa se divide em básica e avançada. A pesquisa básica procura conhecimento para poder explicar, descrever e entender o conhecimento adquirido, apoiando-se em hipóteses. Pesquisa avançada é um estudo de fontes para conseguir conhecimento e aplicação de práticas para resolver o problema exposto.

Dessa forma, a pesquisa foi básica quanto à finalidade, pois teve o propósito de expor e estudar a distribuição da riqueza das empresas listadas na BM&FBOVESPA.

3.2 QUANTO AOS OBJETIVOS

Segundo Gil (2010), a pesquisa pode ser exploratória, descritiva ou explicativa quanto ao objetivo. Ainda conforme o mesmo autor, reconhece-se que a pesquisa exploratória tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, possuindo uma visão para formulação de problemas essenciais. Dos vários tipos de pesquisas, esta é a que expõe menor rigidez no planejamento. A pesquisa descritiva tem como objetivo inicial a descrição dos gêneros de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações variáveis. A pesquisa explicativa tem como atenção principal os fatores que determinam ou contribuem para ocorrência do fato.

Sendo assim, esta pesquisa se qualificou como descritiva e exploratória uma vez que mostra a distribuição da riqueza gerada pelas empresas de capital aberto, e quando busca os conceitos e informações sobre Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

3.3 QUANTO ÀS TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

Segundo Beuren (2006), os métodos técnicos são considerados como: estudo de caso, levantamento bibliográfico, documental e participante.

A pesquisa bibliográfica é composta a partir de materiais já publicados, como livros e artigos científicos. Fontes bibliográficas são livros de leitura corrente, livros de referência

(dicionários, enciclopédias, anuários, almanaques), publicações periódicas e impressos diversos. Uma de suas vantagens é que os documentos são uma fonte rica e estável de dados (DIEHL; TATIM, 2004).

Este trabalho classificou-se como pesquisa bibliográfica, visto que buscou as informações sobre a DVA em livros e artigos científicos e outras fontes eletrônicas.

3.4 QUANTO À ABORDAGEM DA PESQUISA

Segundo Diehl e Tatim (2004), a pesquisa se classifica, quanto à abordagem, em qualitativa e quantitativa, que têm métodos diferentes de organização e forma de abordagem do problema estabelecido.

A quantitativa verifica medidas numéricas e técnica de estatísticas. É a tradução dos dados e conhecimentos analisados por meio de números (WAINER, 2016).

A qualitativa é um estudo que descreve, interpreta e analisa com mais profundidade o assunto (DIEHL; TATIM, 2004).

O problema desta pesquisa se relacionou de forma qualitativa, já que tratou de conceitos e informações sobre a DVA, e quantitativa, uma vez que transformou as informações em expressões numéricas.

3.5 QUANTO AO MÉTODO

Quanto ao método de pesquisa, percebe-se um seguimento no processo de investigação. Gil (2010) menciona que o pesquisador escolhe o método a ser usado na investigação para explicar os fatos da pesquisa, classificado em: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

Lakatos e Marconi (2010) explicam que o método dedutivo se embasa em premissas e conclusões verdadeiras, ampliando o conteúdo para atingir a certeza.

Sendo assim, essa pesquisa usou o método dedutivo, pois norteou-se em teorias de outros pesquisadores, materiais bibliográficos e leis que expõem o tema, constituindo respostas e explicações para resolver o problema de pesquisa.

3.6 COLETA DE DADOS

A técnica utilizada para a obtenção dos dados é intitulada de documentação indireta. Os resultados foram apresentados por setor, demonstrando o quanto é distribuído entre pessoal, taxas, impostos e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. Houve também planilhas realizadas no *software* Excel para sua apresentação através de quadros, tabelas e gráficos.

No tratamento dos dados foi utilizada a análise de conteúdo que, em consonância com Vilela Júnior e Carvalho (2014), consiste no estudo de registros passados na forma de textos, vídeo ou documentos.

3.7 POPULAÇÕES E AMOSTRA

3.7.1 População

A população da pesquisa foi coletada do site da BM&FBOVESPA, acessado em 22 de outubro de 2017, sendo composta por 448 empresas. A amostra adotada foi toda a população.

3.8 TRATAMENTOS DOS DADOS

Os dados foram tabulados através de planilhas em Excel para apresentação de forma detalhada dos resultados através de quadros, tabelas e gráficos. Os resultados foram apresentados por setor de forma geral, demonstrando o quanto é distribuído entre pessoal, taxas, impostos e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

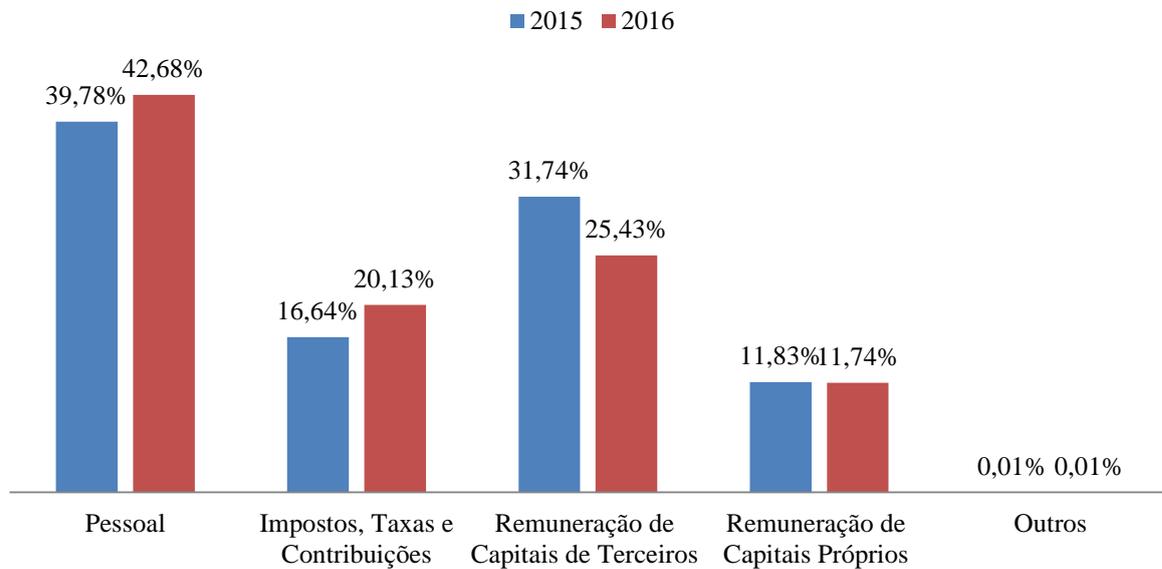
A pesquisa se resumiu em identificar como foi distribuída a riqueza gerada nas empresas de cada setor. No Quadro 4, pode-se verificar o total da riqueza gerada em cada setor durante os anos de 2015 e 2016.

QUADRO 4- Total da riqueza gerada por setor

Setor	Valor adicionado total a distribuir	
	2015	2016
Bens Industriais	R\$ 216.792.720,00	R\$ 209.217.041,00
Consumo Cíclico	R\$ 492.278.544,00	R\$ 557.828.124,00
Consumo Não Cíclico	R\$ 146.669.546,00	R\$ 124.438.954,00
Financeiro e Outros	R\$ 198.917.977,00	R\$ 257.918.710,00
Materiais Básicos	R\$ 214.060.902,00	R\$ 182.098.508,00
Petróleo, Gás e Biocombustível	R\$ 238.376.452,00	R\$ 243.097.746,00
Saúde	R\$ 21.494.080,00	R\$ 24.840.922,00
Tecnologia da Informação	R\$ 28.038.471,00	R\$ 28.448.978,00
Telecomunicações	R\$ 75.379.614,00	R\$ 70.271.165,00
Utilidade Pública	R\$ 271.110.324,00	R\$ 275.470.847,00
Total	R\$ 1.903.118.630,00	R\$ 1.973.630.995,00

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

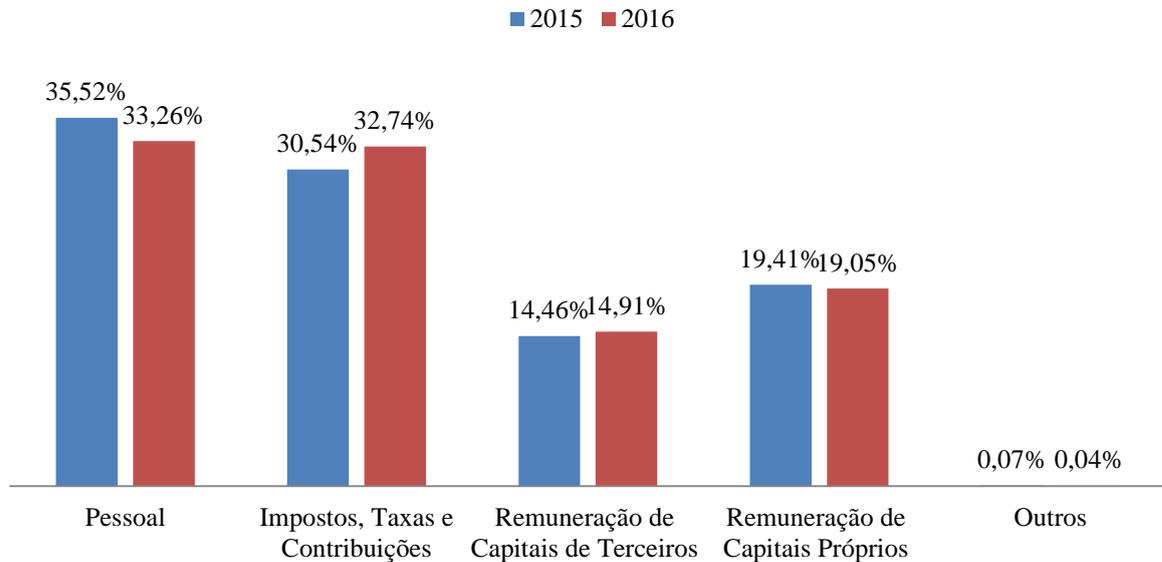
Quanto aos resultados, demonstra-se no Gráfico 1 os percentuais de distribuição da riqueza gerada pela empresa no setor Bens Industriais.

GRÁFICO 1 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Bens Industriais

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Conforme o gráfico 1, nota-se que o Setor Bens Industriais distribuiu sua maior riqueza para Pessoal, com 39,78% em 2015 e 42,68% em 2016, seguida de Remuneração de Capitais de Terceiros, apresentando 31,74% e 25,43%, em 2015 e 2016, respectivamente. Em seguida, está Impostos, Taxas e Contribuições, com 16,64% em 2015 e 20,13% em 2016, seguido por Remuneração de Capitais Próprios, com 11,83% e 11,74% em 2015 e 2016, respectivamente. Por fim, encontra-se Outros, com 0,01% em ambos os anos.

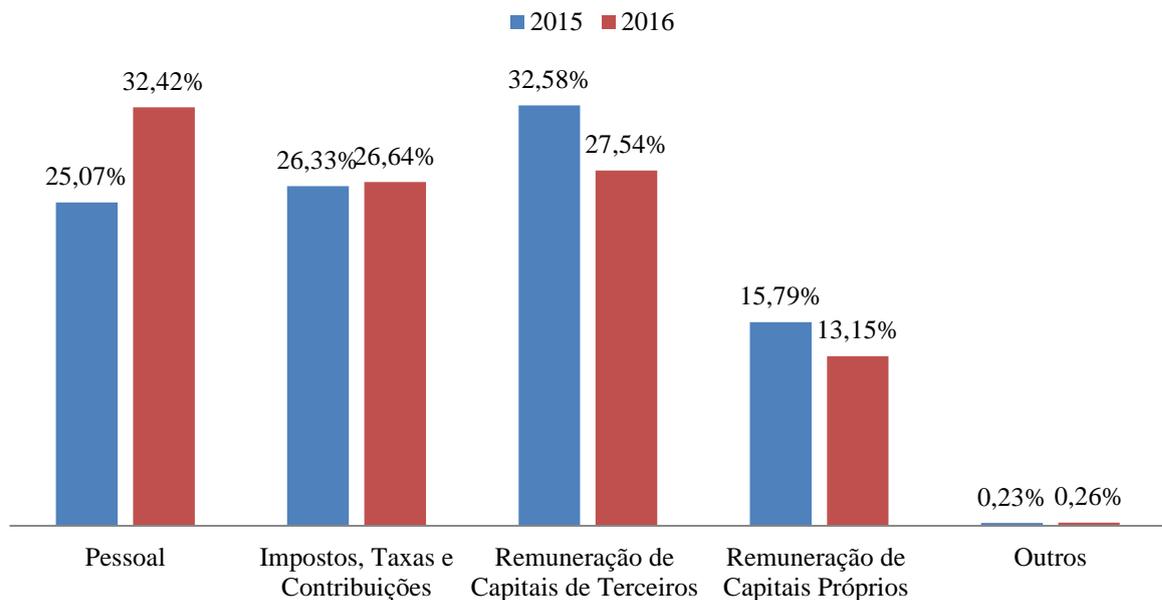
O Gráfico 2 demonstra os percentuais de distribuição da riqueza gerada pelo setor de Consumo Cíclico.

GRÁFICO 2 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Consumo Cíclico

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Com ótica ao gráfico 2, observa-se que, no setor de Consumo Cíclico, a maior distribuição encontra-se em Pessoal, 35,52% em 2015 e 33,26% em 2016, seguido por Impostos, Taxas e Contribuições, com 30,54% e 32,74% em 2015 e 2016, respectivamente. Em seguida, está Remuneração de Capitais Próprios, com 19,41% em 2015 e 19,05% em 2016. Por fim, houve menor distribuição de Remuneração de Capitais de Terceiros, com 14,46% em 2015, 14,91% em 2016, e Outros, com 0,07% e 0,04% em 2015 e 2016, respectivamente.

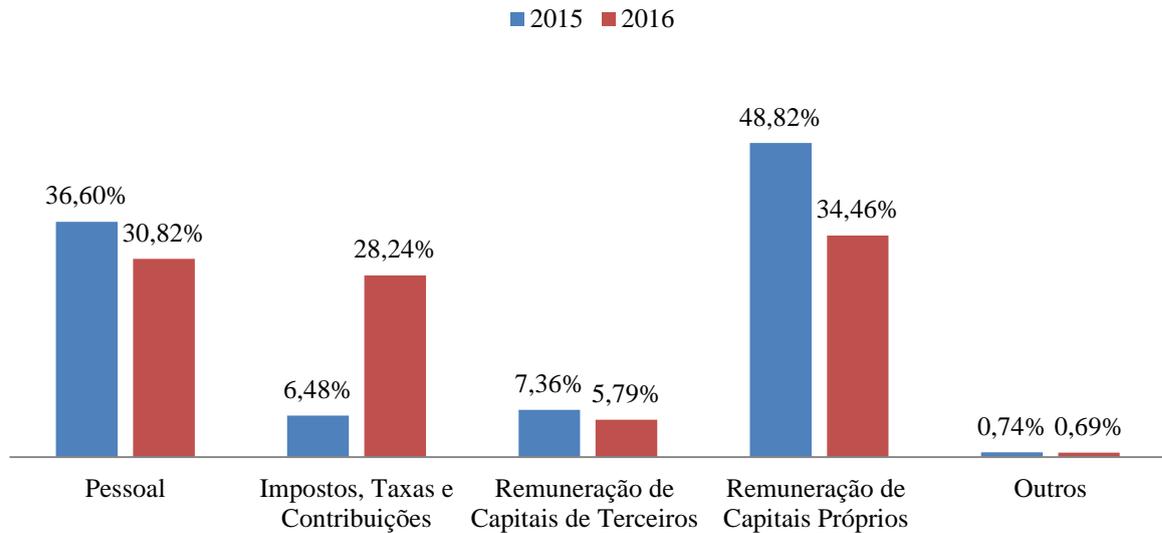
No Gráfico 3 é demonstrada a distribuição do setor de Consumo Não Cíclico.

GRÁFICO 3 - Distribuição da riqueza pelo setor de consumo não cíclico

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Destarte, observando-se o Gráfico 3, é possível concluir que a maior distribuição ocorreu em Pessoal, com 25,07% em 2015 e 32,42% em 2016, Remuneração de Capitais de Terceiros, que distribuiu 32,58% em 2015 e 27,54% em 2016, Impostos, Taxas e Contribuições com 26,33% em 2015 e 26,64% em 2016. As menores distribuições foram na Remuneração de Capitais Próprios, com 15,79% em 2015 e 13,15% em 2016, e Outros, com 0,23% no ano de 2015 e 0,26% em 2016.

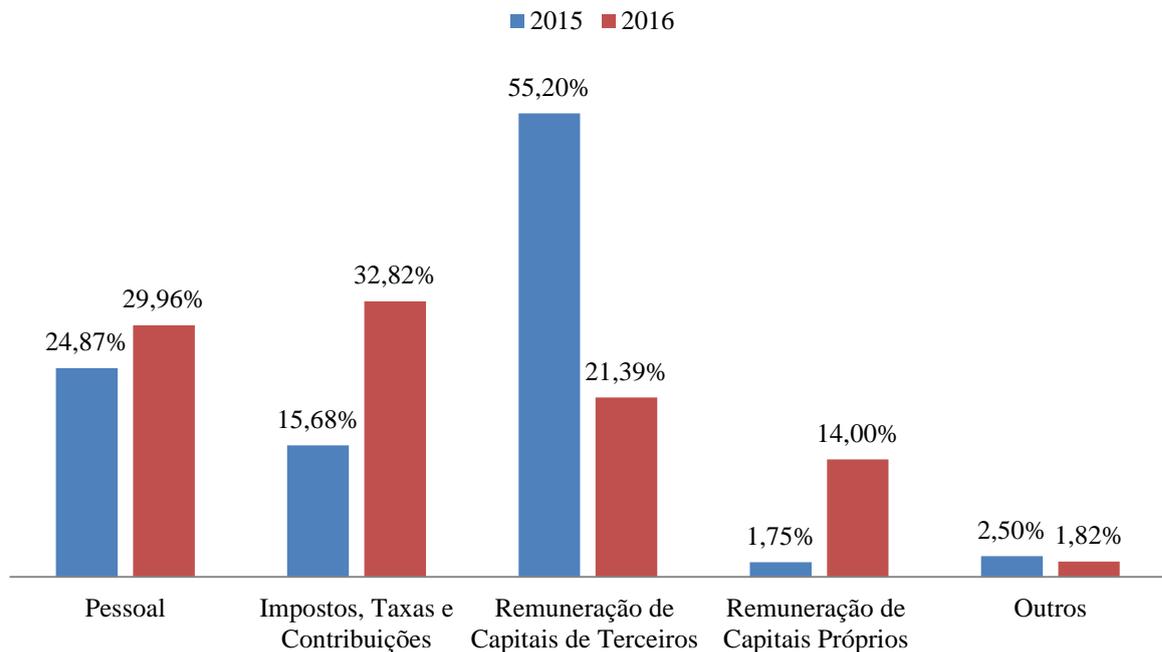
Elaborou-se também o Gráfico 4, onde foi demonstrada a distribuição do setor de Financeiro e Outros.

GRÁFICO 4 - Distribuição da riqueza pelo setor de financeiro e outros

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Conclui-se então, observando o Gráfico 4, que a maior distribuição ocorreu na Remuneração de Capital Próprios, com 48,82% em 2015 e 34,46% em 2016. Em seguida está Pessoal, onde houve distribuição de 36,60% e 30,82% em 2015 e 2016, respectivamente, seguido de Impostos, Taxas e Contribuições, com 6,48% em 2015 e 28,24% em 2016. Por fim, encontra-se Remuneração de Capitais de Terceiros com 7,36% no ano de 2015 e 5,79% em 2016, e por fim, Outros, com 0,74% em 2015 e 0,69% em 2016, sendo assim as menores distribuições.

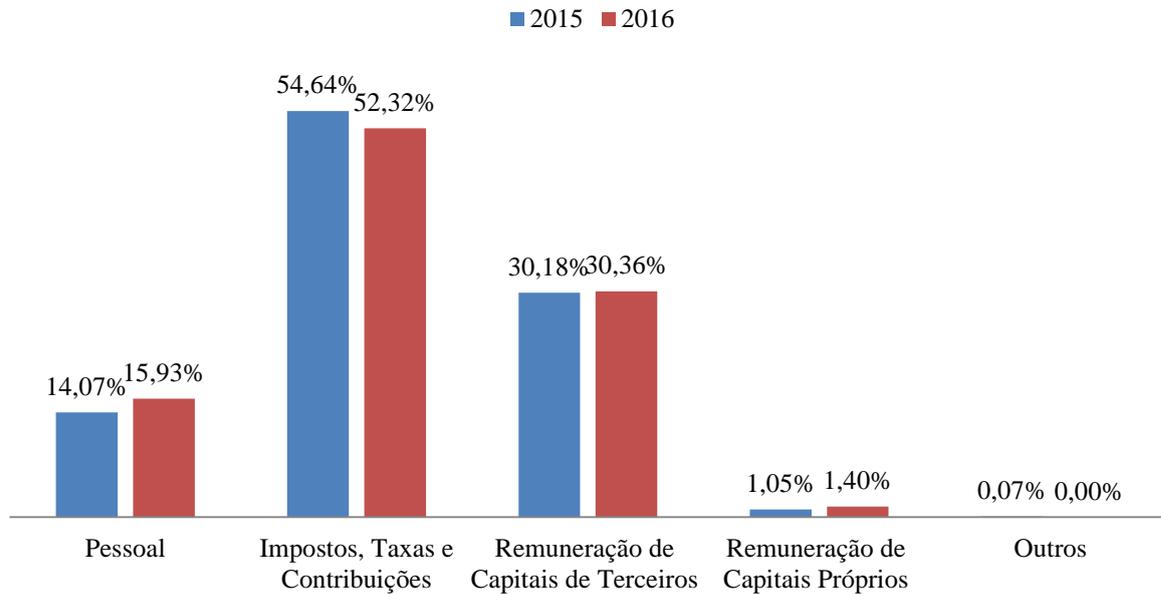
No Gráfico 5 podemos identificar como foi realizada a distribuição das riquezas no setor de Materiais Básicos.

GRÁFICO 5 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Materiais Básicos

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Em consonância com o Gráfico 5, nota-se que a maior distribuição está localizada em Remuneração de Capitais de Terceiros, com 55,20% e 21,39%, representando 2015 e 2016. A seguir vem Pessoal, com 24,87% em 2015 e 29,96% em 2016, e depois vem Impostos, Taxas e Contribuições, com percentual de 15,68% em 2015 e 32,82% no ano de 2016. Já as menores distribuições estão localizadas em Remuneração de Capitais Próprios, sendo 1,75% em 2015 e 14,00% em 2016, e Outros com 2,50% em 2015, e 1,82% em 2016, sendo assim a menor distribuição.

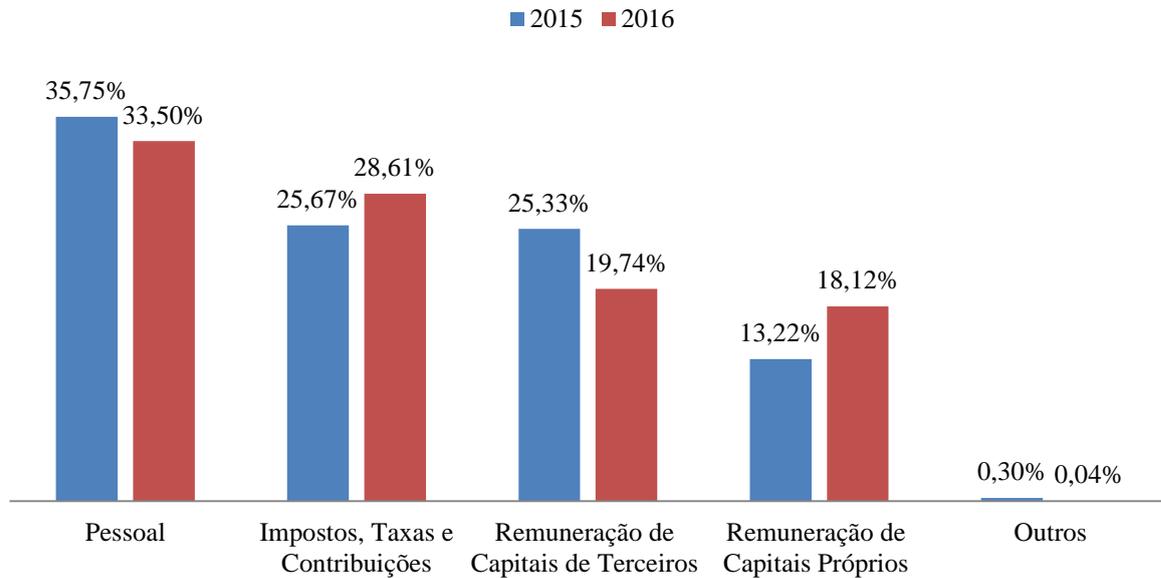
Já no Gráfico 6 está descrita a distribuição de riquezas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

GRÁFICO 6 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Nesse setor, a maior distribuição aconteceu em Impostos, Taxas e Contribuições, com percentual de 54,64% em 2015 e 52,32% em 2016, seguida de Remuneração de Capitais de Terceiros, com 30,18% e 30,36%, em 2015 e 2016, respectivamente, e de Pessoal, com 14,07% em 2015 e 15,93% em 2016. Por fim, os menores percentuais de distribuição estão em Remuneração de Capitais Próprios, com 1,05% em 2015 e 1,40% em 2016, e Outros, com 0,07% no ano de 2015 e 0% em 2016.

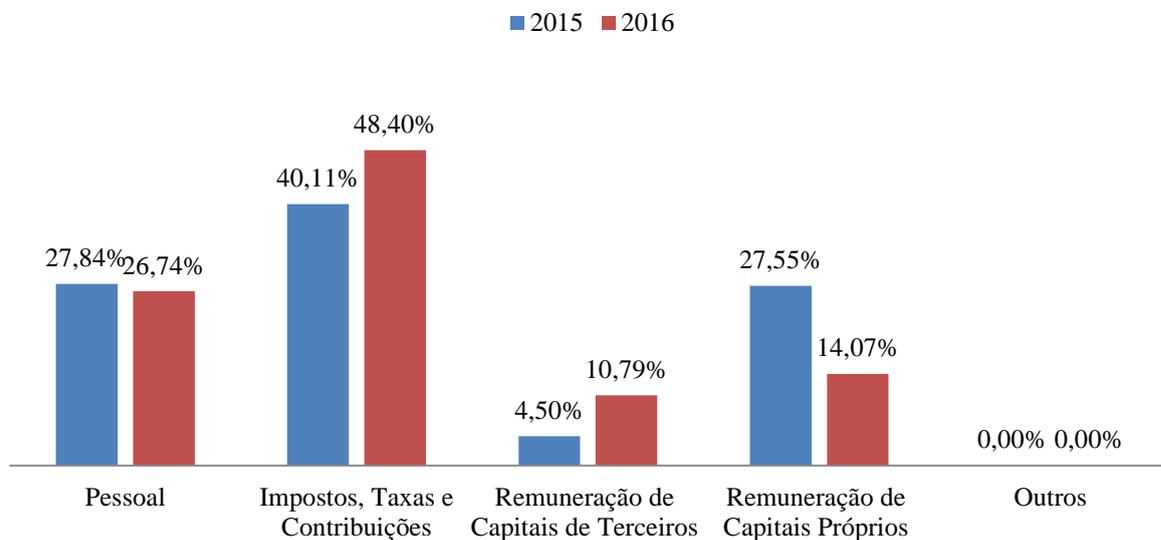
Elaborou-se o Gráfico 7, que demonstra os percentuais de distribuição da riqueza gerada pelo setor de Saúde.

GRÁFICO 7 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Saúde

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Na saúde, a maior distribuição esteve localizada em Pessoal, com 35,75% em 2015 e 33,50% em 2016, seguido de Impostos, Taxas e Contribuições, onde o percentual foi de 25,67% e 28,61% em 2015 e 2016, respectivamente. A seguir vem a Remuneração de Capitais de Terceiros, representando 25,33% em 2015 e 19,74% em 2016. Nesse setor, as menores distribuições ocorreram em Remuneração de Capitais Próprios, com 13,22% e 18,12% em 2015 e 2016, respectivamente, e Outros, com 0,30% em 2015 e 0,04% em 2016.

No Gráfico 8 encontra-se a distribuição do setor de Tecnologia da Informação.

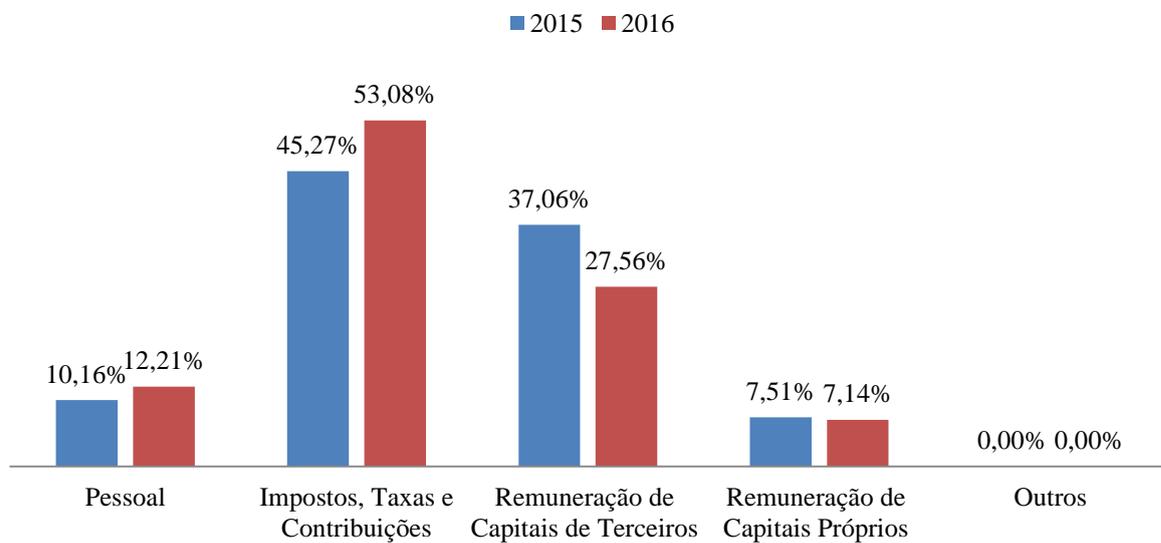
GRÁFICO 8 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Tecnologia da Informação

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Neste setor em específico, a maior distribuição ocorreu em Impostos, Taxas e Contribuições, com 40,11% em 2015 e 48,40% em 2016. A seguir, verifica-se Pessoal, onde o percentual foi de 27,84% em 2015 e 26,74% em 2016, seguido de Remuneração de Capitais Próprios, com 27,55% e 14,07% em 2015 e 2016, respectivamente. E, com menor distribuição, verifica-se Remuneração de Capitais de Terceiros, com 4,50% em 2015 e 10,79% em 2016, seguido por Outros, onde não houve distribuição.

Já no Gráfico 9 está descrita a distribuição de riquezas do setor de Telecomunicações.

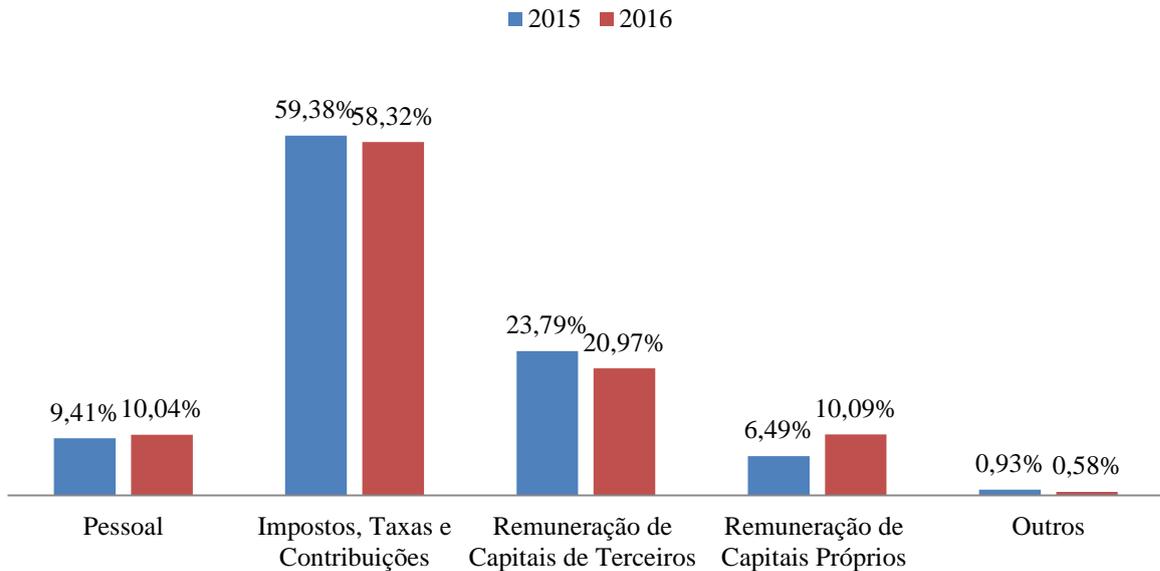
GRÁFICO 9 - Distribuição da riqueza pelo Setor de Telecomunicações



Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Com ótica ao Gráfico 9, verifica-se que a maior distribuição foi em Impostos, Taxas e Contribuições, com 45,27% em 2015 e 53,08% em 2016. A seguir encontra-se Remuneração de Capitais de Terceiros, com 37,06% e 27,56% em 2015 e 2016, respectivamente, seguido de Pessoal, com 10,16% em 2015 e 12,21% em 2016. Por fim, as menores distribuições estão em Remuneração de Capitais Próprios, com 7,51% em 2015 e 7,14% em 2016, e Outros, onde não houve distribuição.

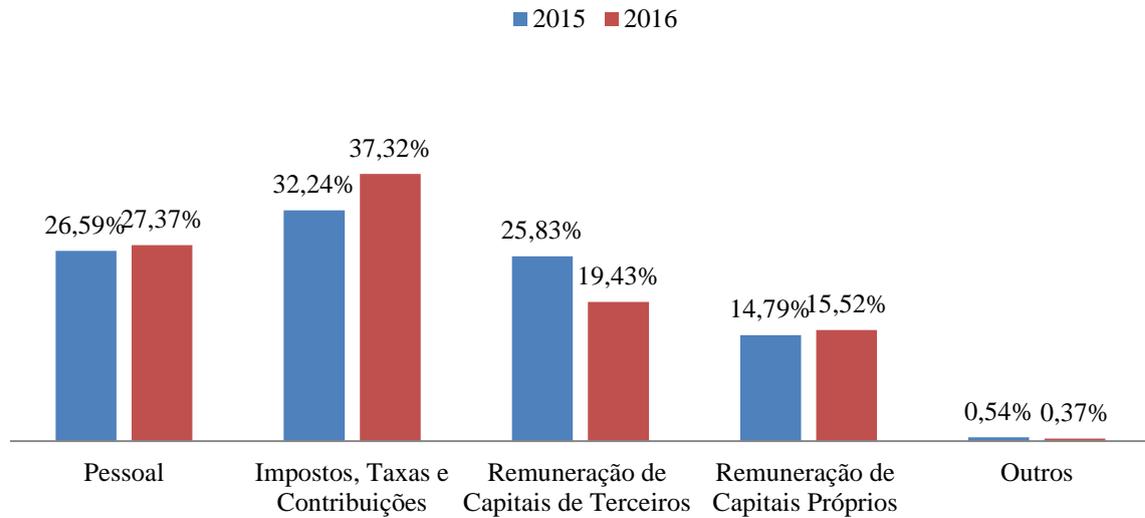
Elaborou-se também o Gráfico 10, onde foi demonstrada a distribuição de riquezas do setor de Utilidade Pública.

GRÁFICO 10 -Distribuição da riqueza pelo Setor de Utilidade Pública

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Observando-se o Gráfico 10, nota-se que a maior distribuição foi em Impostos, Taxas e Contribuições, com 59,38% em 2015 e 58,32% em 2016. Em seguida, vê-se Remuneração de Capitais de Terceiros, obtendo o percentual de 23,79% em 2015 e 20,97% em 2016, e logo após verifica-se Pessoal, com 9,41% em 2015 e 10,04% em 2016. Findando, as menores distribuições estão em Remuneração de Capitais Próprios, com 6,49% em 2015 e 10,09% em 2016, seguido de Outros com 0,93% e 0,58% em 2015 e 2016, respectivamente.

Para uma análise conjunta dos resultados, o Gráfico 11 foi elaborado apresentando os percentuais de distribuição de todas as empresas listadas na BM&FBovespa.

GRÁFICO 11 - Distribuição da riqueza das empresas listadas na BM&FBovespa, geral

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Destarte, com ótica ao Gráfico11, identifica-se no quadro que a maior distribuição está localizada em Impostos, Taxas e Contribuições, com 32,24% em 2015 e 37,32% em 2016, seguido por Pessoal com 26,59% no ano de 2015 e 27,37% em 2016. A seguir vê-se Remuneração de Capitais de Terceiros, com 25,83% em 2015 e 19,43% em 2016. Por outro lado, as menores distribuições estão localizadas em Remuneração de Capitais Próprios, com 14,79% em 2015 e 15,52% em 2016, e Outros, com 0,54% e 0,37% em 2015 e 2016, respectivamente.

Já quanto às distribuições de todos os setores, a Tabela 1 e 2 demonstra suas respectivas distribuições das riquezas em milhares de reais.

TABELA 1 - Distribuições das riquezas pelos setores da BM&FBovespa 2015

Setor	2015										
	Valor Adicionado Total a Distribuir	Pessoal	%	Impostos, Taxas e Contribuições	%	Remuneração de Capitais de Terceiros	%	Remuneração de Capitais Próprios	%	Outros	%
Bens Industriais	R\$ 216.792.720,00	R\$ 86.250.011,00	39,78%	R\$ 36.069.149,00	16,64%	R\$ 68.808.131,00	31,74%	R\$ 25.649.480,00	11,83%	R\$ 15.949,00	0,01%
Consumo Cíclico	R\$ 492.278.544,00	R\$ 174.854.886,00	35,52%	R\$ 150.318.686,00	30,54%	R\$ 71.206.434,00	14,46%	R\$ 95.541.547,00	19,41%	R\$ 356.991,00	0,07%
Consumo Não Cíclico	R\$ 146.669.546,00	R\$ 36.765.050,00	25,07%	R\$ 38.622.103,00	26,33%	R\$ 47.779.781,00	32,58%	R\$ 23.160.568,00	15,79%	R\$ 342.044,00	0,23%
Financeiro e Outros	R\$ 198.917.977,00	R\$ 72.800.933,00	36,60%	R\$ 12.885.360,00	6,48%	R\$ 14.632.442,00	7,36%	R\$ 97.118.595,00	48,82%	R\$ 1.480.647,00	0,74%
Materiais Básicos	R\$ 214.060.902,00	R\$ 53.230.512,00	24,87%	R\$ 33.575.374,00	15,68%	R\$ 118.158.955,00	55,20%	R\$ 3.742.539,00	1,75%	R\$ 5.353.522,00	2,50%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	R\$ 238.376.452,00	R\$ 33.527.910,00	14,07%	R\$ 130.250.487,00	54,64%	R\$ 71.933.094,00	30,18%	R\$ 2.497.901,00	1,05%	R\$ 167.060,00	0,07%
Saúde	R\$ 21.494.080,00	R\$ 7.685.017,00	35,75%	R\$ 5.516.492,00	25,67%	R\$ 5.444.229,00	25,33%	R\$ 2.840.991,00	13,22%	R\$ 7.351,00	0,30%
Tecnologia da Informação	R\$ 28.038.471,00	R\$ 7.805.304,00	27,84%	R\$ 11.244.984,00	40,11%	R\$ 1.262.727,00	4,50%	R\$ 7.725.456,00	27,55%	R\$ -	0,00%
Telecomunicações	R\$ 75.379.614,00	R\$ 7.655.493,00	10,16%	R\$ 34.124.519,00	45,27%	R\$ 27.937.590,00	37,06%	R\$ 5.662.012,00	7,51%	R\$ -	0,00%
Utilidade Pública	R\$ 271.110.324,00	R\$ 25.515.920,00	9,41%	R\$ 160.994.056,00	59,38%	R\$ 64.496.135,00	23,79%	R\$ 17.585.605,00	6,49%	R\$ 2.518.608,00	0,93%
TOTAL	R\$ 1.903.118.630,00	R\$ 506.091.036,00	-	R\$ 613.601.210,00	-	R\$ 491.659.518,00	-	R\$ 281.524.694,00	-	R\$ 10.242.172,00	-

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

TABELA 2 - Distribuições das riquezas pelos setores da BM&FBovespa 2016

Setor	2016										
	Valor Adicionado Total a Distribuir	Pessoal	%	Impostos, Taxas e Contribuições	%	Remuneração de Capitais de Terceiros	%	Remuneração de Capitais Próprios	%	Outros	%
Bens Industriais	R\$ 209.217.041,00	R\$ 89.303.643,00	42,68%	R\$ 42.119.095,00	20,13%	R\$ 53.211.621,00	25,43%	R\$ 24.567.631,00	11,74%	R\$ 15.051,00	0,01%
Consumo Cíclico	R\$ 557.828.124,00	R\$ 185.555.772,00	33,26%	R\$ 182.624.271,00	32,74%	R\$ 83.190.281,00	14,91%	R\$ 106.252.127,00	19,05%	R\$ 205.673,00	0,04%
Consumo Não Cíclico	R\$ 124.438.954,00	R\$ 40.342.071,00	32,42%	R\$ 33.146.517,00	26,64%	R\$ 34.264.860,00	27,54%	R\$ 16.362.368,00	13,15%	R\$ 323.138,00	0,26%
Financeiro e Outros	R\$ 257.918.710,00	R\$ 79.478.470,00	30,82%	R\$ 72.831.324,00	28,24%	R\$ 14.946.090,00	5,79%	R\$ 88.882.530,00	34,46%	R\$ 1.780.296,00	0,69%
Materiais Básicos	R\$ 182.098.508,00	R\$ 54.565.152,00	29,96%	R\$ 59.762.529,00	32,82%	R\$ 38.956.765,00	21,39%	R\$ 25.495.943,00	14,00%	R\$ 3.318.119,00	1,82%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	R\$ 243.097.746,00	R\$ 38.720.834,00	15,93%	R\$ 127.184.171,00	52,32%	R\$ 73.794.885,00	30,36%	R\$ 3.397.856,00	1,40%	R\$ -	0,00%
Saúde	R\$ 24.840.922,00	R\$ 8.321.636,00	33,50%	R\$ 7.106.133,00	28,61%	R\$ 4.903.533,00	19,74%	R\$ 4.500.331,00	18,12%	R\$ 9.289,00	0,04%
Tecnologia da Informação	R\$ 28.448.978,00	R\$ 7.606.197,00	26,74%	R\$ 13.770.458,00	48,40%	R\$ 3.069.029,00	10,79%	R\$ 4.003.294,00	14,07%	R\$ -	0,00%
Telecomunicações	R\$ 70.271.165,00	R\$ 8.581.452,00	12,21%	R\$ 37.296.577,00	53,08%	R\$ 19.370.091,00	27,56%	R\$ 5.020.329,00	7,14%	R\$ 2.716,00	0,00%
Utilidade Pública	R\$ 275.470.847,00	R\$ 27.655.626,00	10,04%	R\$ 160.647.646,00	58,32%	R\$ 57.767.065,00	20,97%	R\$ 27.798.841,00	10,09%	R\$ 1.601.669,00	0,58%
TOTAL	R\$ 1.973.630.995,00	R\$ 540.130.853,00	-	R\$ 736.488.721,00	-	R\$ 383.474.220,00	-	R\$ 306.281.250,00	-	R\$ 7.255.951,00	-

Fonte: BM&FBovespa (2017), adaptado pela autora.

Na Tabela 1 e 2, verifica-se que, no ano de 2015, o setor de Bens Industriais distribuiu um maior percentual para área de Pessoal (39,78%), seguido do setor de Financeiro e Outros (36,60%) e Saúde (35,75%), ao passo que os que menos distribuíram foram os setores de Utilidade Pública e Telecomunicações (9,41% e 10,16%, respectivamente). Já no ano de 2016, o setor de Bens Industriais continuou sendo o que mais distribuiu (42,68%), seguido do de Saúde (33,50%) e Consumo Cíclico (33,26%). Enquanto, nesse ano, os que menos divulgaram foram o de Utilidade Pública (10,04%) e o de Telecomunicações (12,41%).

Para a distribuição de Impostos, Taxas e Contribuições, os setores com maior distribuição percentual em 2015 foram: Utilidade Pública (59,38%), Petróleo, Gás e Biocombustíveis (54,64%) e Telecomunicações (45,27%), enquanto em 2016 foram: Utilidade Pública (58,32%), Telecomunicações (53,08%) e Petróleo, Gás e Biocombustíveis (52,32%). Por outro lado, os setores com menores distribuições para área de Impostos, Taxas e Contribuições em 2015 foram: Financeiro e Outros e Materiais Básicos (6,48% e 15,68%, respectivamente), enquanto no ano de 2016 foram: Bens Industriais e Consumo Não Cíclico, (20,13% e 26,64%, respectivamente). As que menos distribuíram em 2015 foram: Financeiro e Outros (6,48%) e Materiais Básicos (15,68%), enquanto em 2016 foram os setores de Bens Industriais (20,13%) e Consumo Não Cíclico (26,64%).

Na Remuneração de Capitais de Terceiros, os setores que mais distribuíram em 2015 foram: Materiais Básicos (55,20%), Telecomunicações (37,06%) e Consumo não Cíclico (32,58%), enquanto em 2016 se encontram: Petróleo, Gás e Biocombustíveis (30,36%), Telecomunicações (27,56%) e Consumo Não Cíclico (27,54%). Destarte, as que menos distribuíram no ano de 2015 foram: Tecnologia da Informação (4,50%) e Financeiro e Outros (7,36%), ao passo que, no ano de 2016, encontram-se os setores de Financeiro e Outros (5,79%) e Tecnologia da Informação (10,79%).

Em relação à Remuneração de Capital de Próprio, o setor que mais contribuiu no ano de 2015 foi o de Financeiro e Outros (48,82%), seguido de Tecnologia da Informação (27,55%) e Consumo Cíclico (19,41%), enquanto em 2016 foram: Financeiro e Outros (34,46%), Consumo Cíclico (19,05%) e Saúde (18,12%). Destarte, os que menos distribuíram no ano de 2015 foram os setores de Petróleo, Gás, Biocombustível (1,05%) e o de Materiais Básicos (1,75%), enquanto no ano de 2016 foram: Petróleo, Gás e Combustível e Telecomunicações (1,40% e 7,14%, respectivamente). Os setores que mais distribuíram em Outros, em 2015, cujos principais tópicos são Royalties, Despesas Financeiras, Reservas de Lucros a Realizar, Reserva de Isenção, Reserva Legal, Juros Capitalizados, Participação dos Trabalhadores nos Lucros,

Prejuízos Acumulados, Distribuição de Dividendos, Operações Descontinuadas, Participação Minoritária, Cancelamento de Ações e Variações Monetárias Passivas, foram Materiais Básicos (2,50%) e Utilidade Pública (0,93%). Em 2016 foram: Materiais Básicos (1,82%) e Financeiro e Outros (0,69%), o que caracteriza uma distribuição pouco significativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da presente pesquisa é: Como as empresas listadas na BM&FBOVESPA estão distribuindo suas riquezas, apresentadas através da Demonstração do Valor Adicionado entre 2015 e 2016?

Tal problemática surge uma vez que é uma importante ferramenta para as empresas, pois proporciona o conhecimento da distribuição da riqueza gerada, fazendo assim com que sua divulgação seja útil para auxiliar os investidores e credores porque essa demonstração é de fácil entendimento, servindo também para que os acadêmicos tenham uma nova fonte de pesquisa sobre o tema em questão.

Destarte, em consonância com os resultados da pesquisa realizada, as distribuições da riqueza gerada pelas empresas da seguinte forma:

- Impostos, Taxas e Contribuições, onde, em 2015, foi distribuído 32,24% do montante geral, e 37,32% em 2016, ou seja, o percentual de divulgação aumentou ainda mais.
- Pessoal, recebendo 26,59% em 2015 e 27,37% em 2016.
- Remuneração de Capitais de Terceiros, apresentando 25,83% no ano de 2015 e 19,43% em 2016.
- Remuneração de Capital Próprio ocupou a quarta colocação entre as que receberam maior distribuição. No ano de 2015, obteve percentual de 14,79%, e, mais tarde, em 2016, esse percentual cresceu para 15,52%.
- Outros. Nessa área em específico, no ano de 2015 foi concentrada 0,54% da distribuição, e caiu para 0,37% em 2016.

Por fim, como sugestões de pesquisas futuras, sugere-se as seguintes:

- Proceder com a verificação da riqueza distribuída por empresa;
- Identificar, dentro de “Outros”, como se distribui a riqueza das entidades;
- Continuidades das DVA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. C. *Curso de contabilidade intermediária em IFRS e CPC*. São Paulo: Atlas, 2014. 224 p.

BEUREN, I. M. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 195p.

BM&FBOVESPA. *Empresas listadas: mercado internacional BDRs*. São Paulo: BM&FBOVESPA, 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *Pronunciamento Técnico CPC 09: demonstração do valor adicionado*. Brasília, DF: CPC, 2008. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 1.055, de 7 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 out. 2005. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CORRÊA, M. F. *A evolução da demonstração do valor adicionado no Brasil*. 2010. 23f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27194/000762995.pdf?sequence=1%>>. Acesso em: 13 set. 2018.

DE LUCA, M. M. M.; CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; OLIVEIRA, M. C. *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 168 p.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Pearson, 2004. 176 p.

FAGUNDES, J. A.; RODRIGUES, M. R.; CIUPAK, C.; ROSA, L. S. A Demonstração do Valor Adicionada (DVA) como fonte de informações gerenciais: um estudo em uma cooperativa de crédito. *ABCustos - Associação Brasileira de Custos*, v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://abcustos.emnuvens.com.br/abcustos/article/view/39/117>>. Acesso em: 27 out. 2018.

FERRARI, E. L. *Análise das demonstrações contábeis*. Niterói, RJ: Impetus, 2013. 400 p.

_____. *Contabilidade geral: teoria e mais de 1.000 questões*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 896p.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRECCO, M. C. P.; CRUZ, D. A. J.; PERES, M. G.; FONSECA, R. F.; PEREIRA, T. R. A. DVA - Demonstração do Valor Adicionado: uma análise do setor que mais contribui para a distribuição de riqueza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17, 2010. Belo Horizonte, MG, 3 a 5 de novembro de 2010. *Anais...* Belo Horizonte: ABC, 2010. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/634/634>>. Acesso em: 15 set. 2018.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON). *Auditoria: registros de uma profissão*. São Paulo: Ibracon, 2012. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=2>>. Acesso em: 15 out. 2018.

IUDÍCIBUS, S.; GELBCKE, E. R.; MARTINS, E. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2006. 569 p.

IUDÍCIBUS, S.; GELBCKE, E. R.; MARTINS, E.; SANTOS, A. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013. 889 p.

KROETZ, C. E. S. *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. 168 p.

KROETZ, C. E. S.; NEUMANN, M. Responsabilidade social e a demonstração do valor adicionado. *Desenvolvimento em Questão*, v. 6, n. 11, p. 153-178, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORESI, E. (Org.). *Metodologia da pesquisa*. Brasília: Universidade Católica de Brasília (UCB), pró-reitoria de pós-graduação, 2003. 108 p. Disponível em: <encurtador.com.br/egvS5>. Acesso em: 15 out. 2017.

RIBEIRO, O. M. *Contabilidade avançada*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 438 p.

TINOCO, J. E. P. *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001. 248 p.

VELTER, F.; MISSAGIA, L. R. *Contabilidade avançada*. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2011. 576 p.

VILELA JÚNIOR, G. B.; CARVALHO, A. S. *Análise de conteúdo*. Docplayer, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/29760161-Analise-de-conteudo-prof-dr-guanis-de-barros-vilela-junior-prof-ms-anderson-dos-santos-carvalho.html>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

WAINER, J. *Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a ciência da computação*. Porto Alegre: PUCRS, 2016. 42 p. Apostila. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famat/viali/mestrado/mqp/material/textos/Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.